REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 015/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 17 de novembro de 2025.

No dia 17 de novembro de 2025, às 14h:05min, na sede da Paranaguá Previdência, localizada na Av. Gabriel de Lara, nº 1307, na cidade de Paranaguá, estiveram reunidos os membros do comitê de investimentos da Paranaguá Previdência, os Srs. Maurício Coutinho, Luciana Martins Camargo, Alessandro Lenzi da Rocha, Tânia Regina da Silva, Carlos Eduardo Ferla Corrêa, Cláudio Roberto Mariano, Sidnei França dos Santos e também com a presença do presidente da autarquia, Sr. Ali El Kadri.
PAUTAS:
- Leitura da ata do mês anterior; - Apresentação do resultado do mês anterior; - Realocações dos investimentos; - Fundo CARE11 FII; - Fundo Osasco Properties FII; - Assuntos gerais: I.) Visitas Técnicas.
O Diretor Presidente, Ali El Kadri, iniciou a reunião destacando o intenso calendário de obrigações junto aos órgãos controladores como: o Tribunal de Contas, o Ministério Público, além da Câmara Municipal de Paranaguá. Mencionou o recebimento de vários Ofícios com questionamentos encaminhados pela Casa Legislativa, reforçando que tais temas não são de responsabilidade do comitê de investimentos, mas que estava dando ciência aos presentes. Em seguida, registrou a satisfação pela conquista do marco histórico de Um Bilhão de Reais em patrimônio, atingido no mês de outubro de 2025, parabenizando todos os envolvidos. O presidente comentou aspectos referentes ao convite efetuado aos representantes da Câmara Municipal para participarem da presente reunião, mas que, apesar de formalmente comunicados, não compareceram. Os membros do comitê solicitaram que fosse mantido o registro de todas as comunicações oficiais, inclusive por e-mail, visando transparência e evitando alegações de falta de informação. Houve a sugestão de criação de mala direta direcionada aos gabinetes dos vereadores.
O Diretor Financeiro, Sidnei França relembrou a evolução histórica da carteira de investimentos da Paranaguá Previdência, especialmente os desafios enfrentados no período da pandemia, entre 2020 e 2021. Destacou também que a trajetória construída ao longo do tempo, com muito esforço e dedicação contínua dos membros do comitê de investimentos, da diretoria financeira, e inclusive daqueles que exerceram mandatos anteriores no comitê, permitiu atingir o patrimônio de R$ 1.003.781.000,00.
Após as manifestações iniciais o Diretor Financeiro, Sidnei França, apresentou a ata referente ao mês anterior, a qual foi aprovada pelos membros presentes sem quaisquer ressalvas. Na sequência, procedeu à apresentação dos resultados consolidados da carteira de investimentos referentes ao mês de outubro de 2025, destacando a rentabilidade parcial positiva estimada em R$ 11.742.166,70 (onze milhões, setecentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e seis reais e setenta centavos), mencionando que pequenas variações ainda poderiam ocorrer em razão da pendência de envio de alguns extratos, sem grandes impactos sobre o resultado consolidado. Informou que o acumulado do ano, considerando o período de janeiro a outubro de 2025, totalizou R$ 91.526.896,40 (Noventa e um milhões, quinhentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa e seis reais e quarenta centavos), enquanto o patrimônio líquido da Autarquia atingiu R$ 1.003.781.385,41 (um bilhão, três milhões, setecentos e oitenta e um mil, trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos). O Diretor expôs os principais indicadores dos segmentos de renda fixa, renda variável e fundos estruturados, destacando a performance positiva do Ibovespa no período (+2,26%). Apresentou o ranking dos fundos administrados, com destaque para os “top 10” fundos de melhor desempenho, sendo todos do segmento de renda variável que registraram rentabilidades entre 1,61% a 8,93% no mês. Foi comentado que a meta atuarial anual,

de 10,06% prevista, já havia sido superada em 0,94 p.p., restando ainda os meses de novembro e dezembro para consolidação final, sendo ressaltado que o mês de novembro apresentava, até a presente data, desempenho positivo tanto na renda fixa quanto na renda variável.
Na sequência, o diretor financeiro destacou o resultado recente do fundo Trígono Flagship Institucional FIC FIA, cujo patrimônio aplicado pela Autarquia estava em aproximadamente R$ 4,5 milhões, e relembrou que em meses anteriores havia sido cogitada a saída do fundo, devido ao histórico recente de performance abaixo da expectativa e ao risco de realização de perdas. Apontou-se que, caso o resgate tivesse ocorrido antes, a perda seria de cerca de R$ 1 milhão, enquanto o desempenho recente reduziu potencialmente essa diferença. Entretanto, os membros discutiram características estruturais do fundo Trígono Flagship, tais como: elevada concentração em papéis small caps, composição significativa por meio de um fundo de ações da própria gestora (caracterizando um FIC-FIA), baixa liquidez relativa e histórico de oscilações acima da média. Ressaltou-se que tais fatores podem gerar riscos adicionais, principalmente para o atendimento às exigências do TCE. Foi defendido que, embora o fundo apresente melhora conjuntural, a estratégia definida anteriormente de saída permanece válida. A preocupação principal diz respeito à proximidade do encerramento do exercício, período que historicamente apresenta maior volatilidade. Após breves debates e análises, os membros do comitê de investimentos decidem pelo desinvestimento no fundo Trígono Flagship Institucional FIC FIA, CNPJ nº: 36.671.926/0001-56. Em contraponto, foram mencionadas alternativas disponíveis no mercado com maior consistência histórica e maior liquidez, para destinação dos recursos que forem resgatados do fundo. Entre as opções, destacou-se a apresentação do fundo Tarpon GT Master, CNPJ: 27.389.566/0001-03, cujo histórico apresenta retornos expressivos nos períodos de 12, 36 e 60 meses, com patrimônio líquido superior a R$ 2,5 bilhões e liquidez significativamente superior ao do fundo Trígono. Também foram mencionados produtos apresentados recentemente, como o Fundo Plural Dividendos FIF Ações RL, CNPJ: 11.898.280/0001-13, da Genial Investimentos, com estratégias voltadas a ações de empresas listadas na B3 que pagam dividendos. Tais opções apresentadas visam a contribuir para a diversificação da carteira e para a permanencia dos recursos resgatados, no segmento de Renda Variável.
Os membros reforçaram a importância de que o Comitê mantenha suas decisões amparadas em análises técnicas, sem se influenciar apenas pelo discurso dos gestores de bancos e assets, lembrando que cada instituição busca naturalmente defender seu próprio produto. Destacou-se que a estratégia do RPPS deve seguir suas metas específicas, que diferem das metas das gestoras. Ainda durante a reunião, relembrou-se a necessidade de constante educação continuada para os membros, com ênfase na importância da qualificação, o que tem fortalecido o Comitê ao longo do tempo. O diretor financeiro mencionou ainda o avanço obtido com a contratação da consultoria para o Programa Pró-Gestão RPPS, cuja primeira reunião estava agendada para a semana seguinte. Prosseguindo com a análise da carteira, foi detalhada a evolução de diversos ativos e realizada a comparação com indicadores de mercado, reforçando-se que a combinação entre renda fixa e renda variável contribuiu para uma condução estratégica eficiente no ano.
Dando sequência às pautas, registrou-se que havia sido deliberado na reunião anterior, ocorrida no mês de outubro de 2025, Ata nº 014/2025, o aporte de aproximadamente quarenta milhões de reais em títulos públicos federais, NTN-B; bem como a avaliação de aplicação adicional em letras financeiras, LF's, no montante de dez milhões de reais. Informou-se que a execução dessas deliberações não foi concluída em razão da necessidade de atualização cadastral e de credenciamento da instituição financeira, providências que já se encontram em fase final, com expectativa de conclusão e cotação dos ativos no mês subsequente, mantendo-se inalterada a estratégia previamente aprovada pelo Comitê.
Prosseguindo, foram prestados esclarecimentos acerca do fundo CARE11, registrando-se que já foi iniciada a operação de desinvestimento, obedecendo ao fluxo operacional estabelecido, com ordem de venda de dez mil cotas posicionadas ao valor de R$ 2,98, conforme decisão anterior do comitê, em reunião registrada na ATA nº 014, de outubro de 2025. Consignou-se que a operação poderá ser acompanhada por meio do home broker, bem como pelas comunicações formais encaminhadas pela corretora, ficando registrado que a iniciativa atende às determinações

dos órgãos de controle, independentemente do valor histórico de aquisição, uma vez que se trata de cumprimento de decisão do Tribunal de Contas.
Em relação ao fundo Osasco Properties FII, foi relatado que representantes da Paranaguá Previdência estiveram no Tribunal de Contas, no dia 06/11/2025, em reunião com o assessor técnico do relator, oportunidade em que foram prestados esclarecimentos sobre a situação do fundo, atualmente em processo de liquidação, sem mercado secundário ativo e sem possibilidade prática de desinvestimento imediato. Destacou-se que, embora reconhecida a dificuldade operacional e a ausência de alternativas eficazes no curto prazo, houve orientação no sentido de que todas as providências adotadas sejam devidamente registradas, demonstrando as tentativas de mitigação de riscos e atendimento às determinações do órgão de controle, inclusive quanto à flexibilização de prazos, desde que devidamente fundamentada.
Nesse contexto, foi apresentada aos membros minuta de ofício a ser encaminhada à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com o objetivo de obter manifestação formal acerca do status regulatório do fundo Osasco Properties FII, das condições de liquidação, da eventual restrição à negociação de cotas e da previsão de restituição de valores aos cotistas. Ressaltou-se que a iniciativa visa complementar as informações já prestadas ao Tribunal de Contas, mediante pronunciamento do órgão regulador competente, inexistindo, até o momento, qualquer manifestação oficial da CVM que indique irregularidades no referido fundo. Após leitura e esclarecimentos, ficou acordado que os membros analisarão o teor do documento com maior atenção, podendo sugerir ajustes antes do envio definitivo. Também no dia 06/11/2025, foi enviado e-mail ao Administrador, solicitando Assembleia de Cotistas para deliberar sobre a liquidação do Fundo e para tratar sobre as demandas de liquidação do Fundo.
Por fim, o diretor financeiro comunicou estar em contatos a outros Regimes Próprios de Previdência Social, com o intuito de verificar interesse em atuação conjunta, bem como pelo prosseguimento das medidas já iniciadas, incluindo solicitação de informações adicionais à gestora e administradora do fundo.
Nada mais havendo a tratar, às 16h05m foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata.

Presidente:	**Vice-Presidente Titular:**	**Membro Titular:**
Alessandro Lenzi da Rocha CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Luciana Martins Camargo** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Maurício dos P. Coutinho** CPF: 885.818.709-10 Certificação CP RPPS DIRIG I Validade: 18/12/2028
Membro Titular:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Tânia Regina da Silva CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Carlos Eduardo Ferla Corrêa** CPF: 007.830.789-94 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/07/2028	**Cláudio Roberto Mariano** CPF: 029.859.389-02 Certificação CP RPPS CODEL I Validade: 15/10/2027
Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência